

Águas e Energia do Porto, E.M.  
NIF: 507718666  
Rua Barão de Nova Sintra, 285  
Apartado 3504 | 4300-367 Porto  
Tel. +351 22 519 08 00  
Fax: +351 22 519 05 50  
geral@aguasdoporto.pt  
www.aguasdoporto.pt



## Convite



**Prestação de Serviços de:**

**Processamento de Pagamentos Externos - TPAs**

**AJUSTE DIRETO N.º 288ADCM24**

Exmos. Senhores:

Convida-se V. Exa. a apresentar proposta para a **Prestação de Serviços de Processamento de Pagamentos Externos - TPAs**, nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos em anexo.

Atendendo ao conteúdo do procedimento, será adotado o Ajuste Direto por Critérios Materiais, nos termos do previsto na alínea b), do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 24.º do CCP do Código dos Contratos Públicos (doravante abreviadamente designado por CCP), decorrendo a sua tramitação de acordo com os artigos 112.º a 127.º do mesmo disposto legal.



## DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º Entidade Adjudicante

CMPEAE - EMPRESA DE ÁGUAS E ENERGIA DO MUNICIPIO DO PORTO, E.M., abreviadamente denominada por Águas e Energia do Porto, E.M., sita na rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto, Pessoa Coletiva n.º 507718666, matriculada na Primeira Conservatória do Registo Comercial do Porto.

### Artigo 2.º Decisão de contratar

Por despacho da Senhora Administradora Executiva da Águas e Energia do Porto, E.M., datado de 23/08/2024.

### Artigo 3.º Prevalência

- 1 – As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes das plataformas eletrónicas de contratação, em caso de divergência.
- 2 - As indicações constantes do convite ou programa do procedimento, do caderno de encargos e da memória descritiva prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência.
- 3 – As indicações constantes do caderno de encargos e da memória descritiva prevalecem sobre as indicações do convite ou programa do procedimento.

### Artigo 4.º Plataforma eletrónica

- 1 - O procedimento decorre na Plataforma Eletrónica Acingov, em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>, onde devem ser apresentados as propostas, submetidos os relatórios preliminar e final, solicitadas as pronúncias e pedidos de esclarecimento, e respetivos documentos de habilitação, assim como todas as notificações do procedimento, minuta e contrato.
- 2 - Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente, deverão ser assinados eletronicamente, com certificado válido, pelo mesmo ou por quem tenha poderes para o obrigar, devendo ser comprovada esta qualidade, ao abrigo da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



### Artigo 5.º Fundamento da Escolha do Procedimento

Atendendo ao valor e conteúdo do procedimento, será adotado o Ajuste Direto por Critérios Materiais, nos termos do previsto na alínea b), do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, decorrendo a sua tramitação de acordo com os artigos 112.º a 127.º do mesmo diploma.

### Artigo 6.º Esclarecimentos e erros e omissões

1 - Quaisquer esclarecimentos ou erros e omissões relativamente a este Convite e ao Caderno de Encargos em anexo, deverão ser solicitados, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, nos termos do número 1 do artigo 50.º do CCP.

2 - Em regra, as respostas aos pedidos de esclarecimento e listas de erros e omissões apresentados pelos interessados terão lugar até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou, se tal prazo não for observado, excecionalmente serão prestadas nos termos e com as consequências previstas no artigo 64.º do CCP.

3 - De acordo com a alínea a) do número 5 do artigo 50.º do CCP, compete ao responsável pela apreciação da proposta responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados, desde que as referidas respostas não impliquem alterações às peças de procedimento.

4 - Compete órgão identificado no Artigo 2.º do presente Convite responder a todas as demais situações não incluídas no número anterior, o órgão competente pela Decisão de Contratar, deve responder a todas as demais situações, não incluídas no número anterior.

5 - O prazo definido no número 2 do presente Artigo pode ser alterado nas disposições particulares deste Convite, nos termos da alínea a) do número 5 do artigo 50.º do CCP.

6 - De acordo com o número 2 do artigo 50.º do CCP, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

7 - A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase



de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

8 - O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no número 3 do artigo 378.º do CCP.

#### Artigo 7.º **Modo e idioma de apresentação da proposta**

1 - Os documentos são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa, e serão apresentados no original ou em cópia simples, conforme estabelecido no artigo 58.º do CCP.

2 - Os documentos a que se refere o número 3, do artigo 57.º do CCP, poderão ser redigidos em língua estrangeira, se assim for admissível nos termos do Artigo 11.º do presente Convite.

#### Artigo 8.º **Documentos de habilitação do adjudicatário**

1 - O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação exigidos nas alíneas seguintes no prazo de **5 (cinco)** dias úteis a contar da data de notificação da adjudicação:

a) Declaração emitida conforme o modelo a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 81.º do CCP, de acordo com o seu Anexo II;

b) Documentos comprovativos em como não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP:

i) Registo criminal para efeitos de contratação pública, da empresa, do(s) titular(es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;

ii) Certidão da Conservatória do Registo Comercial (Código de acesso à Certidão Permanente) ou Declaração de Início de Atividade;

iii) Declaração da situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social;

iv) Declaração da situação regularizada relativamente aos impostos perante o Estado.

c) Identificação (nome completo, n.º do cartão de cidadão) do (s) representante(s) que irá(ão) outorgar o contrato em nome da Empresa de acordo com o estabelecido na Certidão Permanente, devendo também, ser mencionado se o(s) representante(s) dispõe(m) de certificado válido para assinar digitalmente o contrato;

d) Documento comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido pelo artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro (caso aplicável).



e) Documento comprovativo do registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso (caso aplicável), tendo em atenção o disposto na alínea b), do número 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

2 - Para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados e que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido o prazo adicional e no máximo de 5 (cinco) dias.

3 - Quando se verifiquem as situações previstas no número 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido o prazo adicional e no máximo de 5 (cinco) dias, para apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do número 3 do mesmo disposto legal.

4 - Os documentos de habilitação devem cumprir o estabelecido na Portaria n.º 372/2017.

5 - O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do número 1 do artigo 81.º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

#### Artigo 9.º **Casos omissos e legislação aplicável**

1 - Para todas as matérias não expressamente reguladas relativas ao presente procedimento, observar-se-á o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

2 – Nos termos do Regulamento UE 2016/679, de 27 de abril (RGPD), na sua última redação e demais legislação aplicável, os dados pessoais que tenham de ser recolhidos no âmbito do presente procedimento estão sujeitos à Política de Proteção de Dados Pessoais definida pela entidade adjudicante, que pode ser consultada em [www.aguasdoporto.pt](http://www.aguasdoporto.pt) e reguladas no Anexo

- Tratamento e Proteção de Dados Pessoais.



## DISPOSIÇÕES PARTICULARES

### Artigo 10.º Objeto

O presente procedimento tem por objeto a **Prestação de Serviços de Processamento de Pagamentos Externos - TPAs**, nos termos e condições do Caderno de Encargos anexo.

### Artigo 11.º Documentos da proposta

A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá conter os seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente, de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos em anexo, elaborada em conformidade com o Anexo a que se refere a alínea a) do número 1 do artigo 57.º do CCP, disponível para preenchimento na Plataforma Eletrónica.
- b) Proposta técnica, onde constem os seguintes elementos:
  - i) Memória descritiva e condições da Prestação de Serviços necessária para análise da proposta, em conformidade com as especificações técnicas previstas em Caderno de Encargos, devendo esta ser redigida em língua portuguesa;
  - ii) Prazos de transferência e créditos para a Conta da Águas e Energia do Porto;
- c) Proposta financeira, apresentada de acordo com o **Anexo A**, onde conste:
  - i) O preço do serviço poderá ser apresentado até às milésimas, devendo mencionar-se expressamente que ao preço total acresce o IVA à taxa legal em vigor. O preço total será indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.
  - ii) Os interessados podem apresentar descontos para condições de pagamento a 30 dias ou Pronto Pagamento, a contar da data de receção da fatura na entidade adjudicante.
- d) Outros documentos que possam ser considerados relevantes para melhor avaliação da proposta.

### Artigo 12.º Garantia do cumprimento das obrigações contratuais

Não aplicável.



### Artigo 13.º **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Decorrido o prazo de **66 (sessenta e seis)** dias, contados, nos termos do artigo 470.º CCP, cessa, para o concorrente que não haja recebido comunicação de lhe haver sido adjudicado o presente procedimento, a obrigação de manter a respetiva proposta.

### Artigo 14.º **Data-limite para a apresentação da proposta**

A proposta deverá ser apresentada até às 17:00 horas do **6.º** dia a contar da data do envio do convite.

### Artigo 15.º **Propostas variantes**

Não serão admitidas a apresentação de propostas variantes.

### Artigo 16.º **Documentos de habilitação especiais**

Não aplicável.

### Artigo 17.º **Preço Anormalmente Baixo**

Não aplicável.

### Artigo 18.º **Visita/Reunião**

Não aplicável.

### Artigo 19.º **Regulamento Interno de Fornecedores**

A apresentação de proposta pelos concorrentes, importa a aceitação tácita do Regulamento Interno de Fornecedores, disponível para consulta em [www.aguasdoporto.pt](http://www.aguasdoporto.pt), o qual contem as regras e os requisitos relativos ao desenvolvimento do seu objeto, e que assume, de modo informado e voluntário, o compromisso de o cumprir integralmente.

